

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PROGRAD DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DFCH BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DOUGLAS SHIBAYAMA GUTERRES

**DOCTRINA BUSH E O EXCEPCIONALISMO AMERICANO: A INTERVENÇÃO
NO AFGANISTÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS (2001 - 2021)**

**MACAPÁ
2024**

DOUGLAS SHIBAYAMA GUTERRES

**DOUTRINA BUSH E O EXCEPCIONALISMO AMERICANO: A INTERVENÇÃO
NO AFEGANISTÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS (2001 - 2021)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de graduação em
Relações Internacionais da Universidade
Federal do Amapá, como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Letícia Talita Brazão Picanço

MACAPÁ
2024

DOCTRINA BUSH E O EXCEPCIONALISMO AMERICANO: A INTERVENÇÃO NO AFGANISTÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS (2001 - 2021)

Douglas Shibayama Guterres¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o impacto da Doutrina de George Walker Bush durante a intervenção norte-americana no Afeganistão como resposta imediata ao ataque às Torres Gêmeas e ao Pentágono em 2001. Tal ação baseou-se ideologicamente no direito de defesa, mas sobretudo, numa interpretação *sui generis* de teorias como o Excepcionalismo e do Liberalismo. Tais ideologias podem ser constatadas nos discursos do então presidente, mas também numa percepção realista das estratégias militares adotadas naquela ocasião. O problema central deste artigo residirá em responder se os Estados Unidos obtiveram êxito em sua missão de conter os grupos terroristas responsáveis pelo ataque e se conseguiram estabilizar o território afegão a partir dessas tomadas de decisão. Para isso, optou-se pela revisão literária como metodologia principal de investigação dos temas propostos, tendo como base estudos, livros e artigos acadêmicos deste campo, incluindo autores como Hans Morgenthau, Joseph Nye, Ulysses Tavares Teixeira e suas contribuições para as teorias realista e liberal. Os resultados obtidos demonstram que, apesar dos esforços de reconstrução e democratização, a política externa de Bush foi obtusa, fazendo com que a instabilidade persistir-se devido à falta de uma coordenação estratégica e planejamento, o que culminou na retirada apressada das tropas americanas em 2021, e que deixaram o país novamente sob o controle do grupo terrorista Talibã.

Palavras chaves: Doutrina Bush; Afeganistão; Excepcionalismo americano; Intervenção.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the impact of George W. Bush's Doctrine during the U.S. intervention in Afghanistan as an immediate response to the 2001 attacks on the Twin Towers and the Pentagon. This action was ideologically based on the right of defense but, more significantly, on a unique interpretation of theories such as Exceptionalism and Liberalism. These ideologies are evident in the speeches of the then-president and in the realistic perception of the military strategies adopted at the time. The central issue addressed in this article is whether the United States succeeded in its mission to contain the terrorist groups responsible for the attack and whether it managed to stabilize Afghan territory through these decisions. A literature review was chosen as the primary methodology for investigating these topics, drawing on studies, books, and academic articles in this field, including contributions from authors like Hans Morgenthau, Joseph Nye, and Ulysses Tavares Teixeira on realist and liberal theories. The findings indicate that despite reconstruction and democratization efforts, Bush's foreign policy was obtuse, leading to persistent instability due to a lack of strategic coordination and planning, culminating in the hasty withdrawal of American troops in 2021, leaving the country once again under Taliban control.

Keywords: Bush Doctrine; Afghanistan; American exceptionalism; Intervention.

¹ Graduando do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá.
Email: shibayamadouglas@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A intervenção norte-americana no Afeganistão, foi a resposta dada aos ataques terroristas às Torres Gêmeas e ao Pentágono, em 11 de setembro de 2001, pelo presidente George W. Bush, sendo justificada como uma medida de autodefesa contra a Al-Qaeda, a organização por trás do referido atentado e ao regime Talibã, que a abrigava. A estratégia inicialmente visava derrubar o regime Talibã e dismantelar a infraestrutura da Al-Qaeda no país Afegão. No entanto, a intervenção logo tornar-se-ia em uma operação prolongada de contra insurgência e reconstrução, com o objetivo declarado de promover a estabilidade e a democracia no Afeganistão.

Este artigo tem como objetivo uma revisão literária sobre o impacto da Doutrina Bush, sob a ótica do excepcionalismo americano, na intervenção norte-americana no Afeganistão, que perdurou por 20 anos, investigando suas consequências políticas, econômicas e sociais a longo prazo. Foi concebido por meio de seleção e análise de variadas fontes, incluindo artigos acadêmicos, livros, relatórios, jornais, sites e documentos governamentais relacionados à intervenção no Afeganistão. O problema de pesquisa a ser respondido é: “Os Estados Unidos obtiveram êxito em sua missão de combater o grupo terrorista Al Qaeda, responsável pelos ataques em 11 de setembro de 2001, e conseguiram estabilizar o Afeganistão, refúgio do referido grupo?”.

No primeiro momento, apresenta-se uma análise teórica sobre o impacto da ideia de excepcionalismo na construção da política externa norte-americana e como isso moldou a identidade nacional do país. No tópico posterior destaca-se as ideias liberais defendidas no discurso oficial e as práticas realistas observadas na condução da intervenção, evidenciando uma dicotomia entre teoria e prática.

Parte-se então para o tópico de análise sobre a promoção da democracia promovida na doutrina Bush e os resultados de sua implementação. Discute-se como a política externa do governo Bush ressuscitou princípios do realismo, como a territorialidade e a razão de Estado, evidenciados nas intervenções no Afeganistão, além de abordar a tendência à unilateralidade, o conservadorismo e a priorização das questões de "*high politics*", como incursões e gastos militares, em detrimento de outras preocupações socioeconômicas.

Em seguida, no tópico da Guerra ao Terror, discute-se a resposta estratégica dos Estados Unidos ao terrorismo após os ataques de 11 de setembro de 2001, no

qual o presidente George W. Bush delineou a postura americana no combate ao terrorismo, enfatizando a ideia de que a nação foi atacada por forças do mal, manifestadas pelo terrorismo, culminando na aprovação do “*Patriot Act*”, legislação que ampliou os poderes de vigilância e investigação das agências de segurança dos EUA.

O tópico seguinte aborda os desafios da implementação do plano de estabilização do Afeganistão após a intervenção liderada pelos Estados Unidos. São discutidos aspectos como a falta de objetivos claros no início da campanha americana, a fragilidade do acordo de Bonn em abordar questões fundamentais de poder e direitos humanos, e a complexidade da reconstrução do país diante da influência dos "senhores da guerra afegãos".

Os resultados obtidos demonstram que apesar dos esforços empregados no combate ao terrorismo e da tentativa de estabilização do Afeganistão, a falta de uma estratégia clara por parte dos Estados Unidos resultou na morte de milhares de soldados e civis entre 2001 e 2021. E a partir da retirada desordenada das tropas norte-americanas em 2021, acentuou-se a perda das liberdades conquistadas pelo povo afegão, o retrocesso na luta pelos direitos das mulheres, na instabilidade econômica e regional.

1. EXCEPCIONALISMO NO CONTEXTO DA POLÍTICA EXTERNA AMERICANA

De acordo com Ronald Schmidt, em “*In the beginning, all the world was America: American exceptionalism in new contexts*” publicado em 2006, a nomenclatura "excepcionalismo americano" emerge no transcorrer do século XX e consolida-se como um componente fundamental na conformação da identidade nacional dos Estados Unidos, exercendo influência não apenas sobre suas políticas internas, como sobre suas incursões no plano internacional. A convicção na superioridade moral e política estadunidense fomentou uma abordagem intervencionista nos assuntos externos, legitimando intervenções militares e diplomáticas sob o pretexto de promover a democracia e os direitos humanos. Não obstante, tal postura incisiva não se esquivou de críticas, suscitando ressentimento e desconfiança por parte de outras nações, que enxergavam os Estados Unidos como uma potência imperialista.

Conforme Schmidt (2006), o excepcionalismo americano é uma narrativa que retrata os Estados Unidos como singularmente sacralizados, brutalmente seculares, hiperindividualistas, conformistas e profundamente permeados pela violência. O autor acrescenta que os colonos ingleses, ao se estabelecerem no novo continente, cultivaram uma percepção peculiar de sua missão divina. Sentiam-se eleitos por Deus para forjar uma sociedade distinta, fundamentada em princípios de liberdade, igualdade e oportunidade. Essa narrativa, enraizada nos primórdios da formação dos Estados Unidos, veio a ser cristalizada como uma espécie de destino manifesto², justificando uma expansão territorial agressiva em direção ao oeste, muitas vezes à custa das populações indígenas e de outras nações.

Argumenta-se que a política externa norte-americana é fundada na percepção de que o país se distingue qualitativamente de outras nações desenvolvidas devido à sua origem única, seu credo nacional, sua evolução histórica e suas distintas instituições políticas e religiosas. Segundo Schmidt (2006) essa ideia também remonta às qualidades distintivas derivadas de sua comunidade política única, definida por valores liberais-democráticos.

Em *"Paradise and Power: America and Europe in the New World Order"*, publicado em 2003, Robert Kagan examina as relações transatlânticas entre os Estados Unidos e a Europa no contexto da nova ordem mundial pós-Guerra Fria. Argumenta o autor que há diferenças fundamentais na maneira como os Estados Unidos e a Europa veem o mundo, suas responsabilidades e o uso da força na política internacional. O autor sugere que os Estados Unidos têm uma visão de mundo moldada pelo seu excepcionalismo histórico, uma crença em sua singularidade e na missão de difundir os valores democráticos e liberais pelo mundo. Afirma que os Estados Unidos, como uma superpotência, tendem a ver a necessidade de ação militar como uma ferramenta legítima na promoção da ordem internacional:

² Publicado em 2009, o livro "Manifest Destiny: A New History of the American West" de Walter Nugent, aborda de forma crítica a ideia de destino manifesto, que tinha como premissa a superioridade cultural, moral e até mesmo racial dos americanos, utilizada para respaldar o destino inevitável dos Estados Unidos de expandir-se e ocupar todo o continente norte-americano, desde o oceano Atlântico até o Pacífico, subjugando terras selvagens e seus povos nativos, considerados menos desenvolvidos.

The United States, they argue, resorts to force more quickly and, compared with Europe, is less patient with diplomacy. Americans generally see the world divided between good and evil, between friends and enemies [...]. When confronting real or potential adversaries, Americans generally favor policies of coercion rather than persuasion, emphasizing punitive sanctions over inducements to better behavior, the stick over the carrot. Americans tend to seek finality in international affairs: They want problems solved, threats eliminated (KAGAN, 2003, p.4).

Para o autor, a Europa, com sua experiência histórica, diferente dos Estados Unidos, enfatiza a sua preferência pela cooperação multilateral e tende a preferir soluções diplomáticas e pacíficas para os problemas globais:

Europeans insist they approach problems with greater nuance and sophistication. They try to influence others through subtlety and indirection. They are more tolerant of failure, more patient when solutions don't come quickly. They generally favor peaceful responses to problems, preferring negotiation, diplomacy, and persuasion to coercion. They are quicker to appeal to international law, international conventions, and international opinion to adjudicate disputes. They try to use commercial and economic ties to bind nations together. (KAGAN, 2003, p. 5).

Kagan (2003) discute ainda, como essas diferenças de perspectiva têm impacto nas políticas externas dos Estados Unidos e da Europa³, especialmente em relação a intervenção militar humanitária e a luta contra o terrorismo. Afirma que essas divergências refletem não apenas diferenças de política, mas de identidade cultural entre os Estados Unidos e a Europa, portanto, podem levar a tensões e mal-entendidos nas relações transatlânticas.

Em sua obra *"American Exceptionalism: A Double-Edged Sword"*, publicada em 1996, Seymour Martin Lipset aborda o conceito do excepcionalismo americano e suas ramificações na tessitura sociopolítica dos Estados Unidos. O autor sustenta que os Estados Unidos ostentam uma singularidade nacional decorrente de um conjunto de fatores históricos, culturais e institucionais que os distinguem das demais nações desenvolvidas.

³ É necessário destacar que, em diversas ocasiões, países do continente europeu divergiram entre si quanto a forma de responder aos conflitos internacionais. No que tange à intervenção estadunidense no Afeganistão em 2001, por exemplo, Alemanha e França adotaram a posição de não participação militar, diferentemente de países como Reino Unido e Espanha, que não somente apoiaram o movimento norte-americano, como enviaram tropas para a região do conflito.

Lipset (1996) empreende uma análise meticulosa dos prós e contras do excepcionalismo americano. Evidencia como os valores primordiais tais como o individualismo, o espírito empreendedor, a mobilidade social e a fé na democracia têm contribuído para a prosperidade e vitalidade da sociedade norte-americana. O autor reconhece que o excepcionalismo americano se erigiu como um motor propulsor do progresso social e econômico no seio da nação.

Entretanto, Lipset (1996) adverte também que o excepcionalismo americano acarreta suas próprias desvantagens. Sugere que a convicção na superioridade americana pode fomentar uma certa arrogância e unilateralismo na condução da política externa, ocasionalmente incitando os Estados Unidos a agirem de maneira imprudente ou insensível em relação às demais nações. Ademais, Lipset debruça-se sobre como o excepcionalismo americano pode contribuir para a perpetuação de disparidades sociais e dilemas como o racismo e a intolerância (Lipset, 1996).

Após meados do século XX, o conceito de "excepcionalismo" começou a ser amplamente utilizado nas ciências sociais para descrever a crença de que a história política dos Estados Unidos era fundamentalmente diferente das experiências de outras nações e que, de fato, sua trajetória servia de exemplo para o restante do mundo.

Mary Anny Junqueira, em seu artigo intitulado "Os discursos de George W. Bush e o excepcionalismo americano", publicado em 2003, aborda a vinda dos puritanos à Nova Inglaterra⁴ e destaca o papel fundamental desses colonos na formação da identidade nacional americana e na concepção de excepcionalismo que permeou a história dos Estados Unidos⁵. Para a autora, os puritanos não apenas buscavam liberdade religiosa, mas aspiravam a construir uma sociedade baseada em seus valores religiosos e morais.

⁴ Região nordeste dos Estados Unidos, composta por seis estados: Connecticut, Maine, Massachusetts, New Hampshire, Rhode Island e Vermont. Desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento dos Estados Unidos, desde os primeiros assentamentos europeus até os movimentos políticos e sociais modernos.

⁵ JUNQUEIRA, M. A. Os discursos de George W. Bush e o excepcionalismo norte-americano. Margem, n. 17, 2003.

Ao integrar a ideia de povo eleito⁶, inspirada pelos puritanos, os Estados Unidos gradualmente forjaram uma narrativa nacional que destacava determinados temas em detrimento de outros (Junqueira, 2003). Enfatizando o papel preponderante dos puritanos na construção da cultura na Nova Inglaterra, outras contribuições, como as do Sul dos Estados Unidos e de outros grupos religiosos para a formação da nação, foram relegadas ao esquecimento:

Se, antes, só os puritanos se viam como povo eleito, agora todos os Estados Unidos se colocavam como herdeiros dos hebreus. Aos poucos foi se criando uma versão da história norte-americana, na qual alguns temas foram selecionados e outros relegados ao segundo plano. Por exemplo, essa versão que escolhe os puritanos da Nova Inglaterra como centrais na formação da cultura norte-americana exclui a contribuição do Sul dos Estados Unidos na formação da nação. (Junqueira, 2003, p. 167)

Sua chegada à Nova Inglaterra foi motivada por um sentimento de missão divina, a crença de que estavam destinados a estabelecer uma "cidade sobre o monte", uma comunidade exemplar aos olhos de Deus e do mundo (Junqueira, 2003). Essa visão de excepcionalismo foi fundamentada na convicção de que os puritanos eram um povo escolhido por Deus, com uma missão especial de construir uma sociedade virtuosa e justa.

O excepcionalismo também implicava uma visão de superioridade cultural e moral, o que levou a conflitos com os povos nativos da região. Os puritanos viam os nativos como pagãos, considerando suas crenças e práticas como inferiores às suas próprias, o que resultou em tensões e conflitos violentos, à medida em que os puritanos buscavam expandir seu controle sobre a terra e impor sua visão de sociedade aos nativos:

Essa versão da história situava os norte-americanos como uma sociedade exclusiva e excludente. Segundo essa perspectiva, eles criavam não só uma sociedade única, mas um modelo de organização universal, que deveria ser seguido por todos; qualquer outra alternativa estaria caminhando na direção errada. Dentro dessa ordem de ideias, construíam um modelo de sociedade profundamente excludente: no plano doméstico eram excluídos índios, negros, católicos e imigrantes (iniciou-se depois da Independência a versão de que os Estados Unidos, a América profunda, era formada pelo homem branco, anglo-saxão e protestante), e tratava-se de uma sociedade excludente também no plano internacional, pois a ideia de povo e de

⁶ Ao se referir aos puritanos como um "povo eleito", Junqueira (2003) sugere que eles se viam como escolhidos por Deus para realizar uma missão especial, assim como o povo hebreu do Antigo Testamento. Essa identidade de "povo eleito" conferia aos puritanos uma sensação de superioridade moral e uma missão histórica de construir uma nova sociedade baseada em seus valores religiosos.

sociedade exclusiva que montavam tornou difícil reconhecer culturas diferentes da cultura protestante (Junqueira, 2003, p.167).

Como dito anteriormente, esses confrontos assumiram a figura do "pagão", elemento de alteridade a partir do qual os americanos começaram a delinear sua própria identidade e missão. Essa noção revelou-se essencial na definição e consolidação do excepcionalismo americano, cuja natureza excepcional era marcada por suas lutas tidas como sagradas.

Junqueira (2003) evidencia como Bush utilizou elementos do excepcionalismo americano para mobilizar a opinião pública interna, após o atentado de 2001, e destacar a posição dominante dos Estados Unidos no cenário global pós-Guerra Fria (1947 - 1991). A autora afirma que Bush, ao empregar discursos que ecoavam os mitos de origem da identidade norte-americana, buscava reforçar a ideia de uma comunidade única e exclusiva, unindo os cidadãos em torno de um propósito comum.

Ao se referir aos discursos de Bush, Junqueira (2003) destaca que, mesmo que algumas expressões possam não ser compreendidas pelos brasileiros, elas ressoam fortemente entre os norte-americanos, remetendo a um quadro de referências compartilhado e reforçando a identidade nacional. Essa estratégia retórica, segundo a autora, é crucial para entender a política e a cultura dos Estados Unidos, especialmente quando se trata do excepcionalismo americano:

George W. Bush evocava alguns aspectos particulares da cultura política daquele país. Nos Estados Unidos, em vários momentos históricos, quando o presidente se dirige à nação recupera um quadro de referências conhecido dos norte-americanos. Resgata mitos e símbolos da construção do país que lembram aos norte-americanos que eles fazem parte de uma comunidade única e exclusiva (Junqueira, 2003, p. 165).

Segundo Junqueira (2003), a retórica de Bush recuperou elementos do puritanismo e da tradição clássica, ressaltando a ideia de que os Estados Unidos eram herdeiros dos valores fundamentais do Ocidente. Esse resgate histórico serviu como base para justificar não apenas a resposta aos ataques terroristas – resposta essa que teve como alvo primeiramente o Afeganistão, país em análise do presente artigo - mas a posterior intervenção militar no Iraque, sob o pretexto de libertar os iraquianos e difundir os princípios democráticos pelo Oriente Médio.

2. LIBERALISMO X REALISMO NA DOCTRINA BUSH

Hans Morgenthau, um dos principais teóricos do realismo nas Relações Internacionais, em sua obra "Política entre as Nações" (1948), enfatiza o papel central do poder, dos interesses nacionais e da competição entre os Estados na arena global. Ele argumenta que as Relações Internacionais são dominadas pela busca por poder e pela segurança, relegando muitas vezes a moralidade à um segundo plano diante desses imperativos políticos. Para o pensador, a dicotomia entre o bem e o mal na política internacional é abordada de forma pragmática, avaliando as ações dos Estados não apenas por critérios morais, mas por sua eficácia em garantir a sobrevivência e a prosperidade do Estado.

O autor argumenta que a ausência de uma autoridade central no sistema internacional⁷ leva à competição e ao conflito entre os Estados. Nesse ambiente, os Estados devem confiar em sua própria capacidade de autopreservação. Destaca a importância de compreender as motivações e os interesses por trás das ações dos Estados, em detrimento de juízos morais.

Já segundo o artigo "*The essential role of democracy in the Bush Doctrine: the invasions of Iraq and Afghanistan*", publicado por Santos e Teixeira (2013), após os ataques de 11 de setembro de 2001, os discursos do então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, apresentaram características que podem ser associadas a elementos do pensamento liberal nas Relações Internacionais. Bush enfatizou a importância da promoção da democracia, dos direitos humanos e da cooperação internacional como parte fundamental da estratégia dos EUA no combate ao terrorismo global e defendeu a ideia de que a expansão da democracia e da liberdade em todo o mundo não apenas fortaleceria os Estados democráticos, bem como enfraqueceria o apoio e o recrutamento de grupos terroristas que se alimentam da opressão e da falta de liberdade em certas regiões.

O tema da democracia também é tratado pelo autor Joseph Nye em várias de suas obras, especialmente em "*Soft Power: The Means to Success in World Politics*", de 1990. Neste livro, Nye argumenta que a exportação da democracia não deve ser vista como uma imposição unilateral de um modelo específico de governo, mas sim como um processo complexo que envolve o uso de múltiplos instrumentos, incluindo

⁷ Conhecida pelo termo "Anarquia Internacional", esta vem a ser um dos conceitos primordiais das Relações Internacionais.

o poder brando. O autor destaca que esse poder, que se baseia na atração e persuasão ao invés da coerção direta, pode ser uma ferramenta eficaz para influenciar a adoção de valores democráticos em outros países.

No entanto, alerta para os desafios e limitações da exportação da democracia. Nye (1990) reconhece que cada país tem sua própria história, cultura e contexto político, o que significa que não há uma abordagem única que funcione em todas as situações. O autor enfatiza a importância de considerar esses fatores ao promover a democracia, evitando abordagens excessivamente prescritivas ou intervencionistas que possam gerar resistência ou reações negativas.

Apesar de enfatizar características liberais em seus discursos, a prática da administração Bush foi marcada por uma série de características realistas como: a busca pela segurança nacional, a dicotomia “bem vs. mal e aliado vs. inimigo”⁸. Após o 11/09, os EUA voltaram a ter um inimigo, desta vez difuso e ambíguo, que podia ser personificado tanto em terroristas e suas organizações (como a Al Qaeda e Bin Laden), quanto em líderes tiranos (como Saddam Hussein) ou em regimes considerados "desobedientes" (o Eixo do Mal, composto por Irã, Iraque e Coreia do Norte).

3. A PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA NA DOUTRINA BUSH

Segundo Santos e Teixeira (2013), os pilares da doutrina de política externa pós-Guerra Fria incluem a universalidade dos valores e princípios da democracia liberal ocidental e seus benefícios para a humanidade; o princípio de que democracias não entram em guerra umas com as outras, tornando a exportação da democracia uma promoção da paz; e a premissa de que promover a democracia torna o mundo mais seguro e próspero para os Estados Unidos, relacionando-se com a segurança e os interesses econômicos do país. Isso delineia a missão dos Estados Unidos de promover a liberdade e a democracia globalmente (Santos; Teixeira, 2013).

The values and principles of the Western liberal democracy are universal, that is, all the peoples of the world wish to become democratic. Democracy is not

⁸ Em "The Spectacle of the 'Other': The 2002 State of the Union Address and the Bush Doctrine" (Communication Quarterly 52, no. 3, 2004, pp. 211-228), Campbell analisa como a retórica de Bush, especialmente em seu discurso do Estado da União de 2002, delineou uma narrativa de confronto entre o bem representado pelos Estados Unidos e seus aliados, e o mal personificado por regimes considerados hostis ou inimigos.

culturally bound. Therefore, the promotion of democracy is for the good of mankind. [...] The promotion of democracy makes the world safer and more prosperous for the United States. Here democracy is linked to the security and the economic interests of the United States. Mission: the Americans think of themselves as having a mission to bring freedom and democracy to mankind (Santos; Teixeira, 2013, p.134).

Tanto o governo de Bill Clinton⁹ (1993 – 2000) quanto a administração de George W. Bush (2001 – 2008), especialmente após 11 de setembro, priorizaram a expansão da ordem democrática por meio do uso da força, através de intervenções militares na Europa Oriental e no Oriente Médio, respectivamente. No início de seu mandato, Bush defendia uma abordagem mais seletiva quanto ao uso da força e uma postura menos intervencionista nos assuntos internos de outros países, desafiando as intervenções humanitárias e o *nation-building*¹⁰ de Clinton e expressando ceticismo em relação à exportação da democracia:

Bush criticized Clinton for engaging in nation-building and humanitarian interventions overseas. Among his several campaign promises, he stated he would be more selective in relation to the use of force, and called for a less interventionist approach with regard to internal affairs of other countries (Santos; Teixeira, 2013, p.140).

De fato, durante o início de seu governo, Bush adotou uma estratégia exemplarista¹¹, defendendo que os Estados Unidos deveriam se orgulhar e confiar em seus valores, ao mesmo tempo em que deveriam agir com humildade em relação às nações que estão encontrando seu próprio caminho.

Jonathan Monten, em *“The Roots of the Bush Doctrine: Power, Nationalism, and Democracy Promotion in U.S”*, publicado em 2005, afirma que o exemplarismo:

[...] conceives of the United States as founded in separation from Old World politics and the balance of power system. It suggests that U.S. institutions and values should be perfected and preserved, often but not exclusively through isolation. The United States exerts influence on the world through the force of

⁹ A administração Clinton, utilizando-se do argumento de expansão da democracia, interveio em certas ocasiões. Dentre elas estão: a Somália, em 1992, através da Operação *Restore Hope*, missão humanitária que tinha por objetivos o fornecimento de assistência alimentar e a estabilização do país afetado pela guerra civil e a fome. Na Irlanda do Norte, ao final da década de 1990, o objetivo da intervenção do então presidente americano era a promoção do acordo conhecido como *Good Friday Peace*, para encerrar anos de conflitos entre irlandeses católicos que buscavam a unificação das Irlandas e protestantes, que defendiam a manutenção das ligações com o Reino Unido.

¹⁰ Segundo Santos e Teixeira (2013), o termo refere-se ao processo de reconstrução e fortalecimento das instituições políticas, sociais e econômicas de um país após conflitos, mudanças políticas significativas ou períodos de instabilidade

¹¹ MONTEN, Jonathan. *The Roots of the Bush Doctrine: Power, Nationalism, and Democracy Promotion in U.S. Strategy*. *International Security*, v. 29, n. 4, p. 112–156, 2005.

its example; an activist foreign policy may even corrupt liberal practices at home, undermining the potency of the U.S. model (Monten, 2005, p. 113).

No entanto, mesmo com essa abordagem, a primeira fase do governo Bush incluiu elementos como uma postura inflexível diante de potenciais adversários, a ênfase na relevância do poder militar e o já mencionado ceticismo em relação às instituições multilaterais.

De acordo com Santos e Teixeira (2013), após os ataques de 11 de setembro, a administração Bush passou por uma significativa mudança na política externa, abandonando uma abordagem conservadora que defendia um retorno ao realismo em favor de uma postura que enfatizava o uso robusto do internacionalismo liberal para justificar invasões e uma agenda expansiva no cenário internacional.

Bush abandonou a postura cuidadosa em relação ao uso da força e a posição isolacionista e exemplarista na política externa, optando por uma estratégia baseada em suposições liberais, nas palavras do autor, sobre como lidar com ameaças externas, seguindo os princípios de um "wilsonismo vigoroso e assertivo"¹².

A ideia de moldar o mundo de acordo com os valores americanos para servir aos interesses do país é um componente tradicional e consistente na identidade nacional dos Estados Unidos. Em um discurso ao Congresso em setembro de 2001, Bush enfatizou que a guerra contra o terror era uma guerra do mundo, da civilização, de todos que acreditavam no progresso, na tolerância e na liberdade:

The Bush Doctrine pointed finally to the ultimate and definitive solution to terrorism and tyranny: democracy. The principles and values of liberal democracy, as described by Castro Santos (2010a) for the post-Cold War foreign policy doctrines, were not seen as ideals, but as effective and pragmatic tools against those threats (Santos; Teixeira, 2013, p.143).

Entretanto, essa visão liberal apontada por Santos e Teixeira (2013) nos discursos de Bush contrasta-se com as características realistas também observadas por Bianor da Silva, em sua dissertação de mestrado intitulada "Republicanos, Democratas: a política externa do governo de George W. Bush e o 11 de setembro de 2001", de 2010, na doutrina Bush e nas suas aplicações no Afeganistão.

A doutrina Bush foi sendo embasada na idéia de territorialidade, na qual os grupos terroristas, mesmo tendo um caráter extraterritorial, para que possam

¹² TEIXEIRA, Ulysses Tavares. Tradição liberal e exportação de democracia na era Bush. 2010. p. 192. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

atuar, devem ser subsidiados por algum tipo de suporte territorial, elaborada, assim, a justificativa para o ataque ao Afeganistão. Desenvolvendo-se, dentro da política externa americana, a idéia de que, para um grupo terrorista atuar, deve ter um local para criar suas bases operacionais, retornando, assim à idéia de territorialidade, evidenciada no mais puro Realismo Clássico (SARFATI, 2005), utilizando-se da Razão de Estado, em primeiro plano, criando justificativas externas e internas, para as campanhas do Afeganistão e do Iraque, gerando a noção de que países que suportem, de alguma forma, ações terroristas, devem ser reprimidos (Bianor, 2010, p.17).

Bianor (2010) afirma que a política externa do Governo Bush ressuscitou os princípios do realismo e os preceitos da razão de Estado, notadamente por meio da adoção de “*preemptive attacks*” (política de prevenção), da tendência à unilateralidade, do conservadorismo e do foco em questões de “*high politics*”, onde a política de prevenção:

[...] representa o retorno das justificativas da Razão de Estado em que a proteção do Estado está acima de qualquer justificativa seja ela moral, jurídica ou mesmo econômica e os seus governantes não podem ser julgados por este mesmo motivo. Isto posto o governo Bush evidencia esta corrente a partir do Ato Patriótico que tem a instituição de suprimir direitos civis tanto para americanos quanto para estrangeiros e concede ao poder executivo o direito de utilizar-se dos “meios necessários” para que a segurança do país seja preservada tanto interna quanto externamente, gerando inclusive um choque de forças entre os poderes executivo, legislativo e judiciário e no âmbito internacional o não reconhecimento do Tribunal Penal Internacional (TPI), conforme demonstrado no terceiro capítulo desta dissertação na análise dos pontos explicitados pela Estratégia de Segurança Nacional lançada por W. Bush. (Bianor, 2010, p. 94)

O autor sugere que a “*high politics*” na política externa americana é representada pela adoção de incursões militares e pelo aumento dos gastos militares. Ele compara essa abordagem com as prioridades da administração Clinton (1993 – 2000), que segundo ele, concentrava-se em questões como meio ambiente e questões socioeconômicas, relegando as preocupações de “*high politics*” a um segundo plano. O autor também menciona o papel do neoconservadorismo, associando-o ao Partido Republicano e à administração Bush, sugerindo que essa ideologia política influenciou a mudança de prioridades nas políticas internas e externas durante esse período. Já a política de Unilateralidade “ [...] está presente diante da atitude do governo Bush no que tange à adoção da decisão de entrar em conflito com o Afeganistão e principalmente com o Iraque” (Bianor, 2010, p. 94).

Thomas H. Henriksen, em “*Foreign Policy for America in the Twenty-first Century*” publicado em 2001, previu que as possíveis ameaças para os Estados Unidos no século XXI viriam não de potências rivais, mas de atores regionais desafiadores, movimentos terroristas e Estados “pária”. Diante dessas ameaças difusas, os líderes americanos buscaram uma racionalidade unificadora¹³, que se materializou na promoção da democracia liberal como aspecto crucial para a segurança nacional e a proteção da liberdade americana (Henriksen, 2001).

Essa racionalidade foi impulsionada pela equipe de segurança nacional de Bush, composta por intelectuais conhecidos como “neoconservadores” ou “*neocons*”, como Paul Wolfowitz¹⁴ e também o vice-presidente dos Estados Unidos no governo Bush, Richard Bruce Cheney, que acreditavam na missão dos Estados Unidos de difundir seus ideais pelo mundo, apesar de terem pouca experiência em diplomacia e instituições internacionais.

De acordo com Ronald Powaski, em seu livro “*Ideals, Interests, and US Foreign Policy from George HW Bush to Donald Trump*”, lançado em 2019, esses intelectuais, ao longo da Guerra Fria, priorizaram a democracia, os direitos humanos e a política doméstica dos Estados, argumentando que o poder americano poderia ser usado para fins morais. Eles expressaram ceticismo sobre o direito internacional e a engenharia social, enfatizando que a falta de democracia no Oriente Médio alimentava o terrorismo. Assim, a invasão ao Afeganistão foi justificada como uma oportunidade de exportar os valores democráticos ocidentais e combater o terrorismo (Powaski, 2019).

4. GUERRA AO TERROR

Em “Guerra ao Terror: A (des)construção de uma resposta estratégica de combate ao terrorismo”, artigo publicado em 2015, Walkiria Zambrzycki Dutra demonstra como o presidente americano reavivou a sua imagem de país, baseado na visão excepcionalista, e como ele comunicou aos norte-americanos a imagem do mal, representado pelos inimigos terroristas.

Em sua análise, Bush ressalta a imponente imagem dos Estados Unidos, associando-o à um farol, o mais iluminado da liberdade e da oportunidade no mundo.

¹³ Visava evitar contradições e inconsistências nas políticas e estratégias adotadas, garantindo que todas as medidas estivessem alinhadas com os objetivos de longo prazo e os interesses nacionais.

¹⁴ Vice-secretário de Defesa dos Estados Unidos (2001-2005).

Bush afirma que “[...] A América com os nossos amigos e aliados se junta com todos aqueles que querem paz e segurança no mundo, e nós estamos juntos para vencer a guerra contra o terrorismo” (Bush, 2001a).

Dutra (2015) pontua três aspectos fundamentais no discurso de Bush que seriam a base para entender a resposta norte-americana ao atentado: 1 – a razão dos ataques; 2 – o inimigo; 3 – os aliados externos. No primeiro ponto, ressalta que o fator motivador dos atentados perpetrados pelo inimigo aos Estados Unidos, foi o fato de o último ser o difusor da liberdade pelo mundo, uma característica intrínseca do país segundo Bush. Já no segundo ponto, a autora afirma que na visão do presidente estadunidense o inimigo seria a expressão do próprio mal, pois “[...] ele quer destruir aquilo que difunde a liberdade e as oportunidades, ou seja, os Estados Unidos da América” (Dutra, 2015, p.164). A respeito dos aliados externos a estudiosa afirma:

[...] Todos os Estados que compartilham dos mesmos valores e desejam a paz estão ao lado dos EUA para erradicar este mal e, por consequência, não deixar que a luz da liberdade e das oportunidades deixe de brilhar. Ou seja, a relação é quase que direta entre preservar a liberdade (e se aliar aos Estados Unidos) e destruir o terrorismo (Dutra, 2015, p.165).

A partir dessa construção de narrativa, medidas práticas começam a entrar em cena. O "*Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism*", conhecido como "*Patriot Act*", foi uma legislação aprovada nos Estados Unidos em resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001. Esta lei teve como objetivo ampliar os poderes de vigilância e investigação das agências de segurança dos EUA para combater o terrorismo. Ela foi promulgada em outubro de 2001, poucas semanas após os ataques terroristas.

Segundo Dutra (2015) a lei introduziu uma série de medidas que afetaram diretamente as práticas de segurança e privacidade nos Estados Unidos. Algumas de suas características principais incluíram a vigilância ampliada, permitindo que agências como o FBI, "*Federal Bureau of Investigation*", e a NSA, "*National Security Agency*", conduzissem o monitoramento de comunicações eletrônicas sem a necessidade de mandados judiciais tradicionais em certas circunstâncias. Além disso, as autoridades ganharam poderes para acessar registros de bibliotecas, empresas de telecomunicações, instituições financeiras e outras entidades, visando rastrear atividades suspeitas relacionadas ao terrorismo (Dutra, 2015).

5. DESAFIOS DO PLANO DE ESTABILIZAÇÃO DO AFGANISTÃO

Em sua revisão do livro "*The Afghanistan Papers: A Secret History of the War*" de Craig Whitlock (2022), John H. Modinger afirma que campanha norte-americana no Afeganistão, em seu início, enfrentou inicialmente uma falta de objetivos claros. Bush buscava uma resposta imediata aos ataques de setembro de 2001 e viu no Afeganistão do Talibã, que abrigava membros da Al Qaeda¹⁵, uma oportunidade de afirmar a supremacia dos Estados Unidos. Inicialmente, a administração Bush considerou duas opções: punir o Talibã ou derrubar o governo e instalar um aliado dos Estados Unidos para facilitar o acesso aos membros da Al Qaeda. A relutância deste grupo terrorista em cooperar levou Bush a optar pela segunda opção (Bianor, 2010).

O plano delineado consistia em várias operações simultâneas para derrubar o governo Talibã, localizar a liderança da Al Qaeda e fornecer assistência humanitária aos afegãos. Os Estados Unidos, em colaboração com a Aliança do Norte¹⁶, concentraram seus recursos principalmente em inteligência e ataques aéreos, dada a falta de uma nação vizinha ao Afeganistão disposta a hospedar as forças americanas. Com pouco progresso até o final de outubro de 2001, os EUA ajustaram sua estratégia, intensificando os ataques aéreos e lançando bombas de forma mais assertiva.

[...] através de ataques maciços e pouca mobilização em terra, e diante de que o Afeganistão era um país devastado por mais de dez anos de guerra civil, o próprio aparato militar americano foi capaz de destruir toda a estrutura logística militar do Taleban nas principais cidades do país (Bianor, 2010, p.88).

Após o envio de tropas americanas ao Afeganistão em 2001, os líderes do Talibã começaram a ser depostos e o regime foi derrubado pelos Estados Unidos em novembro do mesmo ano. Membros da Al Qaeda e Talibã refugiaram-se nas

¹⁵ É necessário ressaltar que a formação dos dois grupos mencionados teve participação decisiva dos EUA durante a Guerra Fria, ao final da década de 1980. Segundo reportagem de Gabriela Amorim e Julia Possa no portal Poder 360 (2021), o governo norte-americano viu nesses dois grupos a possibilidade da formação de aliança para combater a União Soviética naquela região. Seus militantes, inclusive o fundador da Al Qaeda, Osama Bin Laden, recebera treinamentos e investimentos norte-americano. Essa relação deteriorou-se quando a Al Qaeda se opôs ao envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Golfo e, mais tarde, tornaram-se inimigos

¹⁶ "Afeganistão: a história de um país em ponto estratégico apelidado de 'cemitério de impérios". **BBC News Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57516844>. Acesso em: 17 mar. 2024.

montanhas do território afegão, especificamente em Tora Bora¹⁷, que haviam sido equipada para abrigar pessoas durante a guerra contra os soviéticos, enfrentada anteriormente.

Segundo relatório de John Forbes Kerry ao Comitê de Relações Exteriores do Senado estadunidense em 2009:

By early December 2001, Bin Laden's world had shrunk to a complex of caves and tunnels carved into a mountainous section of eastern Afghanistan known as Tora Bora. Cornered in some of the most forbidding terrain on earth, he and several hundred of his men, the largest concentration of Al Qaeda fighters of the war, endured relentless pounding by American aircraft, as many as 100 air strikes a day. One 15,000-pound bomb, so huge it had to be rolled out the back of a C-130 cargo plane, shook the mountains for miles. It seemed only a matter of time before U.S. troops and their Afghan allies overran the remnants of Al Qaeda hunkered down in the thin, cold air at 14,000 feet (Kerry, 2009, p.1-2).

Kerry menciona o contexto em que Osama Bin Laden se encontrava em dezembro de 2001, destacando que sua área de atuação havia se reduzido as cavernas e túneis nas montanhas mencionadas anteriormente. Nesse local, Bin Laden e os membros de seu grupo enfrentaram intensos ataques aéreos americanos, com até 100 bombardeios por dia. A fala de Kerry sugere que a captura de Bin Laden e de seus seguidores parecia iminente.

Em 9 de novembro de 2001, a Aliança do Norte capturou cidade de Mazar-e Sharif¹⁸, um marco que levou à rápida derrota do Talibã, culminando na transferência do governo e da capital Cabul para as forças da Aliança do Norte. Já em 5 de dezembro de 2001, foi assinado o Acordo de Bonn¹⁹ entre partes afegãs, com apoio dos Estados Unidos e da ONU, estabelecendo parâmetros para a administração interina afegã e o governo de transição subsequente. No entanto, o acordo falhou em abordar questões fundamentais de poder e direitos humanos, marginalizando atores regionais e étnicos importantes como Irã, Paquistão, como também aos Pashtuns²⁰.

¹⁷ KERRY, J. F. Tora Bora: How we failed to get Bin Laden and why it matters today, a report to the members of the Committee on Foreign Relations, United States Senate. Washington, D.C. 2009

¹⁸ AMADO, Joana. **Aliança do Norte anuncia importante vitória perto de Mazar-i-Sharif**. Público, 2001. Disponível em: <https://www.publico.pt/2001/11/04/jornal/alianca-do-norte-anuncia-importante-vitoria-perto-de-mazarisharif-163768>. Acesso em: 19 mar. 2024.

¹⁹ FARIAS, Estelina. Afegãos assinam acordo de paz em Bonn. DW, 2001. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/afeg%C3%A3os-assinam-acordo-de-paz-em-bonn/a347391#:~:text=Pelo%20acordo%2C%20o%20antigo%20monarca,de%20transi%C3%A7%C3%A3o%20de%2018%20meses>. Acesso em: 19 mar. 2024.

²⁰ Grupo étnico majoritário no Afeganistão e no noroeste do Paquistão.

Jonathan Goodhand e Mark Sedra, em seu estudo *“Who owns the peace? Aid, reconstruction, and peacebuilding in Afghanistan”*, publicado em 2010, afirmam que isso teve implicações significativas para o processo de reconstrução pós-Talibã no Afeganistão, moldando o compartilhamento de poder de acordo com as preocupações de segurança ocidentais e servindo aos objetivos da agenda liberal de construção da paz (Goodhand; Sedra, 2010).

A partir de 2002, o Afeganistão iniciou um processo de estabilização, pois suas infraestruturas políticas e econômicas estavam destruídas devido aos conflitos e invasões. O governo nunca teve a chance de desenvolver sua influência devido a esses conflitos. Em 2004, uma nova constituição foi aprovada e Hamid Karzai foi eleito presidente do Afeganistão²¹. Em 2005, ocorreram as eleições parlamentares, que foram marcadas por aumento da violência pela Al Qaeda e oito candidatos foram mortos durante o período eleitoral.

Durante o processo de estabilização do Afeganistão, os Estados Unidos apresentaram duas propostas para buscar uma solução para o país: uma sugeria uma aproximação limitada, na qual procuradores pró-americanos dominariam o Afeganistão para garantir que a Al Qaeda não retornasse, enquanto a outra propunha que os Estados Unidos transferissem a responsabilidade para as Nações Unidas, que conduziriam a reconstrução e o desenvolvimento político com a *“Operation Enduring Freedom”*²², atuando como um escudo de segurança. No entanto, a ONU recusou-se a se envolver no exercício, a menos que houvesse uma força de segurança não liderada pelos Estados Unidos para protegê-la.

Segundo Bruna Lima, em sua monografia *“A influência da intervenção dos Estados Unidos no Afeganistão para a democratização e desenvolvimento desse país (2001-2010)”* apresentada em 2012, desde a ocupação norte-americana em 2001 até 2009, os Estados Unidos realizaram doações no valor de cerca de 15 bilhões de dólares ao Afeganistão, visando ajudar na reconstrução e no desenvolvimento do país para promover a democratização do Estado. As doações foram quadruplicadas desde

²¹ KARZAI assume Presidência afegã sob forte segurança. BBC Brasil, 7 dez. 2004. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/12/041207_afeganistaoro. Acesso em: 19 mar. 2024.

²² DE CARVALHO, Eduardo Oliveira. OPERAÇÃO ENDURING FREEDOM 2001 A 2005: as distintas abordagens. 2020. 51 p. Dissertação (Curso de Estado-Maior para oficiais e superiores) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.repositorio.mar.mil.br/handle/ripcmb/845038>. Acesso em: 20 mar. 2024.

a ocupação, com o auxílio de países aliados, do Banco Nacional e do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Lima, 2012).

Além disso, o financiamento da CIA e do exército dos EUA aos “senhores da guerra afegãos”²³, por intermédio do presidente afegão, Hamid Karzai, para agirem como milícias contra o Talibã, acabou por fortalecer e descentralizar as estruturas políticas que haviam surgido durante os anos de guerra (e criou as condições para a escalada da crise de segurança anos depois, em 2009). Muitos desses senhores da guerra se beneficiaram do processo de construção do Estado pós-Talibã ao explorar recursos de reconstrução do país, buscar patrocínio do exército dos EUA e obter cargos ministeriais (Carvalho, 2021).

Roger Mac Ginty, em seu artigo “*Warlords and the liberal peace: state-building in Afghanistan*”, de 2010, aponta que além de se beneficiarem nesse processo, estes senhores da guerra contribuíram para a insegurança local, negando ao governo afegão o monopólio da violência e dificultando o desenvolvimento do Exército Nacional Afegão, enquanto ofereciam proteção e patrocínio aos cidadãos e impediam o avanço do Talibã (Ginty, 2010).

Keane e Diesen em “*Divided we stand: the US foreign policy bureaucracy and nationbuilding in Afghanistan*”, publicado em 2015, afirmam que houve um aspecto pouco explorado na análise política da intervenção no Afeganistão relacionado à falta de liderança efetiva. A administração de George Bush permitiu que vários segmentos da burocracia dos EUA determinassem suas próprias políticas no conflito. Ou seja, não houve uma conformidade ou harmonização dos objetivos e ambições no Afeganistão, mas apenas “banalidades retóricas” (Keane; Diesen, 2015).

6. CONSEQUÊNCIAS DA INTERVENÇÃO AMERICANA NO AFEGANISTÃO

De acordo com o “*Watson Institute for International and Public Affairs*” nos últimos 19 anos (2002 - 2021), aproximadamente 46.000 civis e 2.000 soldados dos EUA foram mortos como resultado direto da guerra no Afeganistão.

²³ ROCHA, João Manuel. **Presidente afegão usou dinheiro da CIA para comprar lealdade de “senhores da guerra”**. Publico, 30 abr. 2013. Disponível em: <https://www.publico.pt/2013/04/30/portugal/noticia/karzai-usou-dinheiro-da-cia-para-comprar-lealdade-de-senhores-da-guerra-afegaos-1592923>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Os números de vítimas fatais são ainda piores segundo a rede Al Jazeera (2021). A imagem a seguir demonstra os grupos que mais tiveram suas vidas interrompidas por conta da guerra no Afeganistão.

Quadro 1 - A guerra ceifou diretamente 241.000 vidas



Fonte: Al Jazeera (2021)

Entre o começo da intervenção (2001) até a retirada abril de 2021, dentre os grupos citados, a emissora afirma que mais de 71.000 civis afegãos perderam suas vidas como consequência direta da guerra, dentre estes, 24.099 foram mortos em solo Paquistão. O número estimado de perdas entre soldados do exército nacional varia entre 66.000 a 69000, em solo afegão. E o número de perdas entre os soldados norte-americanos e aliados, como a OTAN, é estimado em 3.586.

Em seu relatório, a Al Jazeera (2021) afirma que o Afeganistão permanece sendo uma das regiões mais perigosas para crianças no mundo, até o ano do levantamento. De acordo com a Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA), nos últimos dez anos, pelo menos 7.792 crianças perderam suas vidas e outras 18.662 ficaram feridas devido aos conflitos no país. Muitas dessas crianças, tristemente, têm sido vítimas de explosivos improvisados e ataques aéreos, resultando na perda de membros e em mortes (Al Jazeera, 2021).

Segundo a Agência da ONU para Refugiados (2023) as taxas de desnutrição encontram-se extremamente altas, com cerca de 875.000 crianças sofrendo de

desnutrição aguda grave em 2023 e 2,3 milhões de crianças e 840.000 mulheres sofrendo de desnutrição aguda moderada.

A agência afirma que a crise humanitária, intensificada após o retorno do Talibã ao poder, levou mais de 8 milhões de afegãos a deixarem suas casas ou seu país devido a conflitos, violência e pobreza. Pelo menos 3,2 milhões de afegãos estão deslocados dentro de seu próprio país. À medida que a crise humanitária continua, a resiliência dos afegãos e de suas comunidades anfitriãs está sendo levada ao limite (The UN Refugee Agency, 2023).

6.1 RETROCESSOS NAS CONQUISTAS FEMININAS

As mulheres afegãs enfrentaram um custo elevado em decorrência da intervenção norte-americana. Desde 2010, mais de 3.000 mulheres perderam suas vidas e outras 7.000 ficaram feridas em consequência dos conflitos. O ano anterior à data do relatório foi especialmente trágico para as mulheres, com o registro de 390 mortes, representando o ano mais letal para mulheres no Afeganistão na última década (Al Jazeera, 2021).

Segundo o portal de notícias G1 Mundo (2021), as mulheres afegãs viram seus direitos básicos, que foram conquistados com muita luta, serem retirados de forma abrupta. As aulas que tinham sido interrompidas pouco antes da retirada das tropas norte-americanas, retornaram com algumas restrições para as alunas afegãs. Uma dessas restrições dizia respeito à separação entre homens e mulheres nas salas de aula das universidades. Nas escolas primárias e secundárias passou a vigorar a determinação do novo governo Talibã (G1 Mundo, 2021).

Posteriormente, como relatado em reportagem da rede BBC News Brasil (2022), o Ministério da Educação do Afeganistão decidiu por excluir completamente as mulheres nos níveis de ensino básico e secundário, o que ocasionou ondas de protestos na capital do país, Cabul, e condenações vigorosas no exterior. Já no ensino superior, algumas universidades do país continuaram a permitir a participação de mulheres, mas permaneceu a separação de salas e horários de aulas por gênero e o uso de Hijab obrigatório para as estudantes (BBC News Brasil, 2022).

De forma não oficial, autoridades do regime Talibã passaram a orientar instrutores de direção automotiva no sentido de não permitirem mais que mulheres recebessem aulas e tivessem suas carteiras emitidas. Tal informação dada pela BBC

News Brasil foi negada pelo governo central, porém, como descrito na reportagem, as restrições dos governos locais cresceram gradativamente ao longo dos meses que sucederam a tomada de Cabul.

Outras medidas de supressão aos direitos femininos foram tomadas, como por exemplo a dissolução do Ministério dos Assuntos da Mulher do governo central, a formação de um governo completamente masculino²⁴, a proibição de mulheres viajarem sozinhas sem estarem acompanhadas de uma figura masculina e a proibição da participação feminina em telejornais (BBC News Brasil, 2022).

6.2 CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS

Em sua dissertação intitulada “A Construção da Paz à Luz dos Processos de Reforma do Setor de Segurança e de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração: Uma análise da intervenção no Afeganistão entre 2001 e 2014” apresentada em 2021, Beatriz Guilherme Carvalho ressalta que a assistência financeira internacional desempenhou um papel crucial no processo de reconstrução e estabilização do país, porém teve consequências negativas importantes. Primeiramente, a capacidade limitada do governo afegão para gerar receita e prestar serviços foi exacerbada pela grande quantidade de recursos externos, o que enfraqueceu a produção nacional e perpetuou a dependência econômica. Segundo Carvalho (2021), a imprevisibilidade do auxílio estrangeiro dificultou a eficácia dos projetos de desenvolvimento, enquanto a assistência técnica na construção de capacidade fiscal foi insuficiente.

Além disso, a centralização do Ministério de Finanças no controle dos fundos externos resultou em uma falta de transparência e participação democrática na alocação de recursos, afetando a legitimidade do governo afegão. A estratégia militar dos EUA contra o Talibã e a Al-Qaeda desviou recursos para a elite político-militar do país, fortalecendo relações de clientelismo e corrupção (Carvalho, 2021).

A economia afegã tornou-se altamente dependente de recursos externos, especialmente relacionados aos interesses de segurança da comunidade internacional. A redução na assistência financeira após a retirada das tropas

²⁴ O governo anterior contava com a participação feminina em 4 ministérios.

estrangeiras exacerbou a insegurança e a pobreza, enquanto a elite política e militar acumulava riquezas (Carvalho, 2021).

Segundo o Portal das Nações Unidas (2022), entre os meses de agosto de 2021 a janeiro de 2022, cerca de 500.000 afegãos perderam seus empregos. A expectativa seria de que esse número chegasse a 900.000 até junho de 2022. Entre as mulheres, constatou-se que o nível de emprego, que já era baixo em comparação aos homens e abaixo dos parâmetros globais, decresceu 16% no terceiro trimestre de 2021 e que a tendência era de queda até o meio do ano de 2022, podendo chegar a 28% entre as afegãs (United Nations News, 2022).

6.3 CONSEQUÊNCIAS REGIONAIS

Os países da Ásia Central, que têm fortes laços culturais e econômicos com o Afeganistão, começaram a sentir os efeitos da retirada dos EUA e dos seus aliados em junho de 2021. No mesmo mês, o Talibã capturou um dos principais pontos de passagem do país, Shir Khan Bandar, com o Tadjiquistão. Em seguida, o mesmo destino abateu-se sobre a aldeia de Torghundi, na fronteira com o Turquemenistão (BBC, 2021). Em agosto, o Ministro da Defesa da Federação Russa, Sergei Shoigu, declarou que a fronteira norte do Afeganistão com o Uzbequistão e o Tadjiquistão estava sob controle total do grupo (Reuters, 2021). Ao mesmo tempo, os russos, que têm bases no Tadjiquistão e no Quirguistão, começaram a realizar exercícios militares com forças tadjiques e uzbeques.

As consequências para os países da Ásia Central intensificaram-se à medida em que a retirada das tropas estrangeiras se acelerava. A primeira delas foi a crise humanitária que ocorreu nos meses que sucederam a retomada do país pelo Talibã. O que anteriormente não era uma invasão interna no seu território mudou com a partida dos militares e de milhares de refugiados que procuraram refúgio no Uzbequistão, Tadjiquistão, Paquistão e Irã, para se protegerem de possíveis represálias dos Talibã (Vaz, [s.d.]).

Em 2017, o Afeganistão importou 1,3 mil milhões de quilowatts-hora de eletricidade do Tadjiquistão, resultando num lucro de 50 milhões de dólares. Em 2020, aproximadamente 65% do comércio entre tadjiques e afegãos envolveu a venda de eletricidade. No entanto, devido à oposição do governo tadjique ao Talibã, existia uma

preocupação considerável em Dushanbe²⁵ de que os pagamentos de serviços públicos não seriam feitos nos meses subsequentes. Isto criou um impasse, pois os tadjiques precisariam de dinheiro enquanto os afegãos precisavam de energia, ambos tentando evitar o agravamento da crise econômica e social nos seus países, já enfraquecidos pela pandemia da COVID-19 (Senhoras, 2020).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises sobre o excepcionalismo americano e a abordagem liberal versus realista na Doutrina Bush revelaram a complexidade das políticas externas dos Estados Unidos durante o período pós-11 de setembro de 2001. Essa narrativa, que remonta aos primórdios da colonização, influenciou não apenas a identidade nacional americana, como também sua postura intervencionista no cenário internacional. O ideal de difundir valores democráticos alinhou-se a princípios realistas discutidos por Morgenthau.

Verificou-se que a narrativa oficial muitas vezes mascarava as motivações geopolíticas subjacentes às intervenções militares dos Estados Unidos. Enquanto os discursos enfatizavam a exportação de valores democráticos como uma solução para o terrorismo e a tirania, a prática revelava uma priorização dos interesses nacionais americanos e uma inclinação unilateralista na condução das Relações Internacionais. A justificativa para as invasões do Afeganistão foi moldada tanto por argumentos morais quanto por considerações estratégicas de segurança.

A retórica de combate ao terrorismo, analisada ao longo do artigo, embora tenha mobilizado recursos e legislação importantes, gerou controvérsias e desafios éticos em relação aos direitos civis e à privacidade. A intervenção no Afeganistão demonstrou as dificuldades práticas e políticas envolvidas na reconstrução de um país após os conflitos militares, especialmente em um contexto de instabilidade regional e de fragmentação interna. A falta de uma liderança efetiva, a descentralização do poder para os senhores da guerra e a falta de harmonização entre os diversos setores da burocracia americana resultaram nessas dificuldades de implementação da agenda externa do governo Bush.

As consequências pontuadas abrangeram desde perdas humanas significativas até retrocessos em conquistas sociais e econômicas. A guerra deixou

²⁵ Capital do Tadjiquistão

um rastro de morte e destruição, com milhares de vidas perdidas entre civis afegãos, soldados estrangeiros e membros de grupos militantes. As estatísticas alarmantes de vítimas, especialmente entre mulheres e crianças, destacam a brutalidade e a extensão dos danos causados por décadas de conflito.

A dependência econômica excessiva de recursos externos fragilizou a capacidade do governo afegão de se sustentar e prestar serviços básicos à população. A retirada abrupta das tropas estrangeiras em 2021 e a redução da assistência financeira internacional intensificaram a crise econômica e o desemprego, afetando também as mulheres afegãs, que já enfrentavam desafios significativos em termos de acesso ao emprego e direitos sociais.

Constatou-se que países vizinhos, como os da Ásia Central, estão lidando com desafios decorrentes da instabilidade no Afeganistão, incluindo questões humanitárias, econômicas e de segurança. O colapso parcial das relações comerciais e energéticas entre o Afeganistão e esses países reflete as complexidades das interconexões regionais e a necessidade de cooperação para enfrentar os desafios compartilhados.

Ao retornar, portanto, ao problema de pesquisa proposto, a conclusão a que se chega é de que os Estados Unidos não obtiveram êxito em sua proposta de combate ao terrorismo. Após a queda do antigo regime, não se formulou uma saída adequada para aquele imbróglio criado e não foram desenvolvidos planos de prevenção para a crise humanitária que estaria por vir. Agora restara ao povo afegão lutar, com as próprias armas disponíveis, contra a repressão e as novas restrições impostas pelo novo governo, comandado pelo Talibã, e sobreviver com as esporádicas ajudas humanitárias internacionais.

Um desafio que se impõem às Relações Internacionais é a promoção de abordagens mais holísticas e sustentáveis na gestão de crises e na construção da paz, considerando não apenas os aspectos de segurança, como também os impactos humanitários, econômicos e sociais a longo prazo. Abre-se, portanto, a partir deste artigo, a oportunidade do desenvolvimento de novos trabalhos no contexto internacional, tendo em vista que temas como terrorismo, a decadência de democracias, guerras e as crises mencionadas estão gradativamente mais presentes no cotidiano desta área de estudo.

REFERÊNCIAS

Afeganistão: a história de um país em ponto estratégico apelidado de cemitério de impérios. **BBC News Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57516844>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Afghanistan: Visualising the impact of 20 years of war. **Al Jazeera**, 2021. Disponível em: <https://interactive.aljazeera.com/aje/2021/afghanistan-visualising-impact-of-war/index.html>. Acesso em: 22 mar. 2024.

Afghanistan: 500,000 jobs lost since Taliban takeover. **United Nations News**, 2022. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2022/01/1110052>. Acesso em: 07 abr. 2024.

AMADO, Joana. **Aliança do Norte anuncia importante vitória perto de Mazar-i-Sharif**. Público, 2001. Disponível em: <https://www.publico.pt/2001/11/04/jornal/alianca-do-norte-anuncia-importante-vitoria-perto-de-mazarisharif-163768>. Acesso em: 19 mar. 2024.

AMORIM, G; POSSA, J. **11 de setembro: contexto de mais de 20 anos ajuda a explicar atentados**. Poder 360, 11 set. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/11-de-setembro-20-anos-depois-entenda-o-contexto-pre-atentado/> Acesso em: 09 abr. 2024.

CARVALHO, B. G. **A Construção da Paz à Luz dos Processos de Reforma do Setor de Segurança e de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração**: Uma análise da intervenção no Afeganistão entre 2001 e 2014. 2021. 161 p. Dissertação (Bacharelado em Relações Internacionais) – Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia. 2021.

Como estão os direitos das mulheres no Afeganistão um ano após volta do Talebã. **BBC News Brasil**, 15 ago. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62548259>. Acesso em 08 abr. 2024.

Costs of War, Afghan Civilians. **Watson Institute for International and Public Affairs**. 2023. Disponível em: <https://watson.brown.edu/costsofwar/costs/human/civilians/afghan>. Acesso em: 22 mar. 2024.

DUTRA, W. Z. “Guerra ao Terror”: A (des)construção de uma resposta estratégica de combate ao terrorismo. *Revista Estudos Políticos*, v. 6, n. 1, p. 148–170, 2015.

GOODHAND, J.; SEDRA, M. **Who owns the peace? Aid, reconstruction, and peacebuilding in Afghanistan**. *Disasters*, 2010. v. 34, p. 78 – 102, 2010.

HENRIKSEN, T. H. *Foreign Policy for America in the Twenty-first Century: Alternative Perspectives*. 1. ed. [S. l.]: Hoover Press, 2001. p.152.

JUNQUEIRA, M. A. Os discursos de George W. Bush e o excepcionalismo norte-americano. *Margem*, São Paulo, n. 17, p. 163-171, jun. 2003.

KAGAN, Robert. **Paradise and Power: America and Europe in the New World Order**. New York: Alfred Knopf, 2003.

KEANE, C., & DIESEN, G. **“Divided we stand: the US foreign policy bureaucracy and nationbuilding in Afghanistan”**. *International Peacekeeping*, 2015.

KERRY, J. F. *Tora Bora: How we failed to get Bin Laden and why it matters today*, a report to the members of the Committee on Foreign Relations, United States Senate. Washington, D.C. 2009.

LIMA, B. C. P. **A influencia da intervenção dos Estados Unidos no Afeganistão para a democratização e desenvolvimento desse país (2001-2010)**. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (FAJS) do Centro Universitário de Brasília, Centro de Ensino Unificado de Brasília. Brasília 2012. p. 98.

GINTY, R. M. Warlords and the liberal peace: state-building in Afghanistan. *Conflict, Security and Development Group*, v. 10, n. 4, p. 577-598, 2010.

MODINGER, John. "The Afghanistan Papers: A Secret History of the War". Army University Press, 2021. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/July-August-2022/Modinger/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

MONTEN, Jonathan. The Roots of the Bush Doctrine: Power, Nationalism, and Democracy Promotion in U.s. Strategy. *International Security*, v. 29, n. 4, p. 112–156, 2005.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Universidade de Brasília, 2003.

NYE, J. S. Soft Power. *Foreign Policy*, v. 80, n. 80, p. 153–171, 1990.

POWASKI, Ronald. **Ideals, Interests, and US Foreign Policy from George HW Bush to Donald Trump**. Palgrave Macmillan, 2019.

MANZANO, Fabio. Restrições para mulheres e fuga em massa: veja em 7 pontos como está o Afeganistão 1 mês após a retirada dos EUA, **G1 MUNDO**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/09/30/restricoes-para-mulheres-e-fuga-em-massa-veja-em-7-pontos-como-esta-o-afeganistao-1-mes-apos-a-retirada-dos-eua.ghtml> . Acesso em: 09 abr. 2024.

ROCHA, J. M. **Presidente afegão usou dinheiro da CIA para comprar lealdade de “senhores da guerra”**. *Publico*, 2013. Disponível em: <https://www.publico.pt/2013/04/30/portugal/noticia/karzai-usou-dinheiro-da-cia-para-comprar-lealdade-de-senhores-da-guerra-afegaos-1592923>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Russian, Tajik defence ministers discuss response to Afghan conflict risks - TASS. **Reuters**, 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/russian-tajik-defence->

[ministers-discuss-response-afghan-conflict-risks-tass-2021-07-24/](#). Acesso em: 1 mar. 2024.

SANTOS, M. H. DE C.; TEIXEIRA, U. T. The essential role of democracy in the Bush Doctrine: the invasions of Iraq and Afghanistan. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 2, p. 131–156, dez. 2013.

SCHMIDT, Ronald. **In the beginning, all the world was America: American exceptionalism in new contexts**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

SENHORAS, E. M. COVID-19 E OS PADRÕES DAS RELAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 3, n. 7, p. 105–110, 2020. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/110>. Acesso em: 12 abr. 2024.

TEIXEIRA, Ulysses Tavares. *Tradição liberal e exportação de democracia na era Bush*. 2010. p. 192. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

VAZ, Leticia. **Para onde vão os refugiados afegãos?** Catedra Sérgio Vieira de Mello, [s.d]. Disponível em: <https://csvm.ufg.br/n/146023-para-onde-vao-os-refugiados-afegaos>. Acesso em: 03 mar. 2024.